



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

Proposta n.º 222/2017

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para autorização, a celebração de Contrato de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Belém, no âmbito da realização de obras de adaptação dos novos espaços para funcionamento da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens Ocidental, bem como da transferência das respetivas verbas.

Pelouro: Direitos Sociais

Serviços: Departamento para os Direitos Sociais

Considerando:

A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual, conferida pela Lei n.º 142/2015 de 08 de setembro) atribuiu aos municípios, no n.º 1 do seu artigo 14º, competências diversas no domínio do apoio logístico às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (C.P.C.J.), designadamente no que concerne à disponibilização de meios necessários ao seu funcionamento;

A Assembleia Municipal de Lisboa aprovou pela Deliberação n.º 99/AML/2014, sobre proposta da Câmara Municipal (n.º 138/2014), a celebração de contratos de delegação dessas competências nas Juntas de Freguesia de Arroios, Campo de Ourique, Carnide e Marvila, no âmbito do apoio às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens de Lisboa Centro, Ocidental, Norte e Oriental, respectivamente, contratos esses, já objecto de algumas alterações por via de aditamentos;



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

A C.P.C.J. Lisboa Ocidental, até agora situada na área de circunscrição da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, passará a situar-se em morada pertencente à Freguesia de Belém, designadamente na Rua Diogo de Silves, Lojas 33A e 35A, a partir do término das obras e da instalação da C.P.C.J.;

As lojas referidas carecem de obras de adaptação ao nível de acabamentos interiores, compartimentação e instalação de redes, em ordem a permitir o funcionamento em pleno da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens Ocidental, obras essas estimadas no valor total de 101.565,00€;

Os espaços em causa, propriedade municipal, encontram-se na posse da Junta de Freguesia de Belém, estando esta em melhores condições para garantir a rápida concretização das obras de que carecem, nos termos constantes do estudo prévio junto à presente proposta como Anexo I;

Importa, assim, aprovar a Delegação de Competências respetiva na Junta de Freguesia de Belém, bem como a transferência dos recursos financeiros que ao caso cabem;

Assim, ao abrigo do n.º 1 do artigo 14º da Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro, conjugado com o disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33º, do n.º 2 do artigo 117º, do n.º 1 do artigo 120º, n.º 4 do art. 123º e do artigo 131º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão autorize:

- a) A celebração de Contrato de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Belém, no âmbito da realização de obras de adaptação dos novos



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

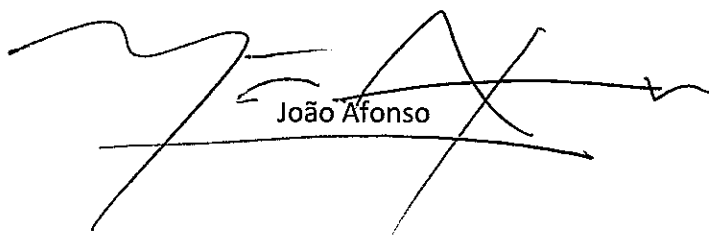
espaços para funcionamento da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens Ocidental (Lojas 33A e 35A da Rua Diogo de Silves), nos termos da minuta junta à presente proposta como Anexo II e que dela faz parte integrante.

- b) A transferência para a Junta de Freguesia de Belém, dos recursos financeiros constantes no Contrato mencionado no ponto deliberativo anterior, no valor total de 101.565,00€ (cento e um mil, quinhentos e sessenta e cinco euros).

A despesa terá cabimento na Ação-Plano C3.P001.06, da Rubrica 08.05.01.01.01, da Orgânica L15.00, do orçamento em vigor.

Paços do Concelho, aos 19 de abril 2017.

O Vereador



João Afonso

Anexos:

Anexo I - Estudo ao abrigo do Artigo 122.º conjugado com o n.º 3 do Artigo 115.º.

Anexo II - Contrato de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Belém.



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

ANEXO I

Estudo ao abrigo do Artigo 122.º conjugado com o n.º 3 do Artigo 115.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, no âmbito do Contrato de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Belém

Intervenção a que se refere o estudo: Realização de obras de adaptação dos novos espaços para funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens Ocidental (Lojas 33A e 35A da Rua Diogo de Silves).

Preâmbulo:

No âmbito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal em 27 de janeiro de 2015, as propostas de delegação de competências em juntas de freguesia são instruídas com os estudos previstos no n.º 3 do artigo 115.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Assim, considerando que:

- A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, na sua atual redação, conferida pela Lei n.º 142/2015 de 08 de Setembro) atribuiu aos municípios, no n.º 1 do seu artigo 14º, competências diversas no domínio do apoio logístico às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (C.P.C.J.), designadamente no que concerne à disponibilização de meios necessários ao seu funcionamento;



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

- Pela Deliberação n.º 99/AML/2014 a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, sobre proposta da Câmara Municipal (n.º 138/2014), a celebração de contratos de delegação dessas competências nas Juntas de Freguesia de Arroios, Campo de Ourique, Carnide e Marvila, no âmbito do apoio às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens de Lisboa Centro, Ocidental, Norte e Oriental, respectivamente, contratos esses, já objecto de algumas alterações por via aditamentos;
- A C.P.C.J. Lisboa Ocidental, até agora situada na área de circunscrição da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, passará a situar-se em morada pertencente à Freguesia de Belém, designadamente na Rua Diogo de Silves, Lojas 33A e 35A, com efeitos previsíveis a partir de 30 de Abril próximo;
- As lojas referidas carecem de obras de adaptação ao nível de acabamentos interiores, compartimentação e instalação de redes, em ordem a permitir o funcionamento em pleno da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens Ocidental, obras essas estimadas em 101.565,00€, tudo de acordo com a memória descritiva e demais elementos que integram o processo e para o qual se remete;
- Os espaços em causa, propriedade municipal, encontram-se na posse da Junta de Freguesia de Belém, havendo esta manifestado disponibilidade para realizar as obras desde que o Município assegure o seu financiamento;
- A posse da propriedade municipal será transferida para a C.P.C.J. Lisboa Ocidental aquando do *términus* das obras e da instalação da C.P.C.J.;

Importa, assim, dotar a Junta de Freguesia da competência e meios financeiros para concretização dos trabalhos.



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Alonso

Relativamente aos requisitos estabelecidos no n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, importa referir o seguinte:

Não Aumento da Despesa Pública Global

A mera realização das obras pela Junta de Freguesia, ao abrigo da delegação em vista, não importa qualquer aumento da despesa pública global. O valor a transferir para a Junta de Freguesia corresponde integralmente, sem qualquer desvio, ao custo estimado para os trabalhos. Não acresce qualquer compensação para a Junta nem está prevista a assunção de quaisquer outras despesas que ultrapassem as que decorrem diretamente do exercício da competência delegada.

Aumento da Eficiência da Gestão dos Recursos

A delegação de competências em vista permitirá não só tirar partido dos conhecimentos e experiência dos quadros daquela junta mas também da sua proximidade natural para efeitos de acompanhamento diário das obras, o que resultará seguramente em ganhos de eficiência, obtendo-se o máximo rendimento com o mínimo de recursos (humanos, materiais, tempo).

Ganhos de Eficácia do Exercício das Competências

Prevê-se que o acompanhamento diário das obras pela Junta, até por efeito da sua proximidade, se traduza num incremento real de eficácia na obtenção dos resultados previstos, permitindo detetar e corrigir com maior rapidez quaisquer desvios em sede de execução contratual.



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

Cumprimento dos Objetivos do Artigo 112.º

A concretização da delegação de competências em vista, pelas razões já referidas, promove os interesses próprios da população da Freguesia, em especial, e do Município, em geral, garantindo-se a função que os espaços a adaptar podem garantir à população, nos termos do preâmbulo.

Articulação entre os Diversos Níveis da Administração Pública

Através da delegação de competências em vista a Junta de Freguesia de Belém promoverá a execução das obras em causa, assegurando posteriormente, também, por via de delegação de competência paralela ou subsequente, o apoio logístico de proximidade à CPCJ Lisboa Ocidental, em estreita articulação com a Câmara Municipal de Lisboa e suas orgânicas. Essa articulação será assegurada nos termos correntemente em uso e já acordados com as demais Juntas de Freguesia que acolhem as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa Centro, Norte e Oriental, com enquadramento em contrato no qual constam, naturalmente, tanto as obrigações das partes como os meios e recursos necessários à sua concretização.

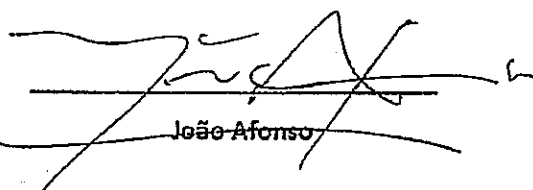
Lisboa, 6 de Abril de 2017

O Diretor do Dep. dos Direitos Sociais



Paulo Santos

O Vereador do Pelouro dos Direitos Sociais



João Afonso



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

ANEXO II

(Minuta)

Contrato de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Belém, no âmbito da realização de obras de adaptação dos novos espaços para funcionamento da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens Ocidental, referente às Lojas 33A e 35A da Rua Diogo de Silves

Entre:

O **Município de Lisboa**, sediado na Praça do Município, em Lisboa, pessoa coletiva n.º 500051070, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal, aqui representado pelo Sr. Vereador João Afonso, com competências delegadas e subdelegadas na área dos Direitos Sociais nos termos do Despacho n.º 142/P/2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro, de ora em diante designada por CML;

E

A **Junta de Freguesia de Belém**, com sede no Largo dos Jerónimos, n.º 3 R/C, 1400-209 Lisboa, pessoa coletiva n.º 510832946, representada pelo Senhor Presidente da Junta, Dr. Fernando Ribeiro Rosa, de ora em diante designada por Junta de Freguesia,

É celebrado, nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, e do artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º, ambos da Lei



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

n.º 75/2013, de 12 de setembro, o presente Contrato de Delegação de Competências, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto do contrato

O presente Contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Lisboa na Junta de Freguesia de Belém, no âmbito da realização de obras de adaptação dos novos espaços para funcionamento da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens Ocidental (Lojas 33A e 35A da Rua Diogo de Silves).

Cláusula 2ª

Âmbito das obras

1. As obras de adaptação são ao nível de acabamentos interiores, compartimentação e instalação de redes, tudo conforme previsto na memória descritiva, mapa de trabalhos/quantidades e demais documentos que integram o respetivo processo, para o qual se remete, tendo por finalidade permitir o funcionamento em pleno da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens Ocidental.
2. As obras referidas no número anterior têm um prazo de execução não superior a 60 dias.
3. A posse da propriedade municipal será transferida para a C.P.C.J. Lisboa Ocidental aquando do *términus* das obras e da sua instalação nas novas instalações.



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

Cláusula 3ª

Transferência de Verbas

Para a execução das competências ora delegadas a C.M.L. transferirá para a Junta de Freguesia, numa só tranche, após a outorga do presente contrato, o valor total de 101.565,00€ (cento e um mil, quinhentos e sessenta e cinco euros).

Cláusula 4ª

Demonstração da execução

1. A Junta de Freguesia apresentará relatório que demonstre a execução física e financeira das competências e das verbas previstas no presente Contrato.
2. O relatório mencionado no número anterior deverá ser entregue, no prazo de 30 dias a contar da conclusão das obras, ao Vereador com o Pelouro dos Direitos Sociais.
3. O relatório deverá conter a discriminação das obras executadas e respetivos custos.
4. A Junta de Freguesia deverá manter atualizado um dossier técnico e financeiro com os elementos e relatório referido no número anterior, o qual deverá estar disponível para consulta pela C.M.L. a qualquer momento.

Cláusula 5ª

Avaliação da execução

O Vereador com o Pelouro dos Direitos Sociais coordenará e acompanhará o relacionamento entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia em todas as questões emergentes do presente Contrato.



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

Cláusula 6ª

Incumprimento do contrato

1. O incumprimento das obrigações resultantes do presente Contrato por qualquer das partes confere à outra parte o direito de o resolver total ou parcialmente.
2. No caso de verificação de incumprimento pela Junta de Freguesia é elaborada informação a esse respeito, submetendo-se a mesma a deliberação dos respetivos órgãos executivo e deliberativo para manutenção ou revogação total ou parcial do presente Contrato.

Cláusula 7ª

Aditamentos ao contrato

O presente Contrato pode ser objeto de aditamentos, a aprovar pela Câmara Municipal, caso haja necessidade de alargar ou restringir o seu objeto, designadamente quanto à tipologia dos encargos a abranger e dos montantes a transferir, ficando tais aditamentos a fazer parte integrante do mesmo.

Cláusula 8ª

Vigência do contrato

1. O presente Contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigora até integral cumprimento das obrigações aqui assumidas, ou seja, a partir do término das obras e da instalação da C.P.C.J. Ocidental.
2. Ficam ratificados todos os atos entretanto praticados pela Junta de Freguesia no âmbito da matéria delegada, desde que se encontrem em conformidade com o presente Contrato.



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

Cláusula 9ª

Lacunas e dúvidas

Na verificação de lacunas e resolução de dúvidas eventualmente emergentes do clausulado do presente Contrato aplicam-se as disposições vigentes na Lei da Reforma Administrativa de Lisboa (Lei n.º 56/12, de 8 de novembro), no Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/13, de 12 de setembro de 2013), no Código da Contratação Pública e no Código do Procedimento Administrativo.

Feito em Lisboa, a de de 2017, em três exemplares, ficando dois na posse do Primeiro Outorgante e um na posse do Segundo Outorgante.

Pelo Município de Lisboa

Pela Junta de Freguesia de Belém

O Vereador

O Presidente da Junta

João Afonso

Fernando Ribeiro Rosa



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CML - Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa

Contribuinte Nº 500 051 070

ORÇAMENTO 2017

Data Lanç.: 18.04.2017

Data Doc.: 18.04.2017

Doc. Origem: EMAIL GVJA 18/04

Descrição: CONTRATO DELEG COMPET P/OBRAS CPCJ OCIDENTAL-J.F.B

Orgânica: L15.00 DEP. PARA OS DIREITOS SOCIAIS

Nº Cabimento: 5317003619

NUP: 617002153

Funcional:

Moeda: EUR									
Económica	Código do Plano	Orçamento Inicial	Refor./Anula.	Orçam. Corrigido	Despesas Pagas	Encar. Assumidos	Saldo Disponível	Desp. Emergente	Saldo Residual
08.05.01.01.01	C3.P001.06	0,00	101.565,00	101.565,00	0,00	0,00	101.565,00	101.565,00	0,00
Totais		0,00	101.565,00	101.565,00	0,00	0,00	101.565,00	101.565,00	0,00

Total do Valor Cabimentado 101.565,00

Procedimento Adequado em Função do Valor

Procedimento Seguido Doc. Justificativo

Competência P/ Autorização

Contrato Escrito

Visto Tribunal de Contas

Comunicação Adicional T. C.

Exigido	[]	Não Exigido	[]
Exigido	[]	Não Exigido	[]
Exigido	[]	Não Exigido	[]

DACM
Prop. n.º 222/2007
Fls.

Data: 18.04.2017 Hora: 16:01:19
Página: 1 / 1

Util: HBENTO

Visto

PROCESSADO POR COMPUTADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram aprovadas na Reunião de Câmara Extraordinária de 20 de abril de 2017, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais das referidas propostas, a ata em minuta:

Proposta n.º 189/2017 (Subscrita pelos Srs. Vereadores do PCP)

Deliberar informar a Câmara Municipal sobre externalização de serviços e recurso à contratação a recibos verdes nas autarquias locais, nos termos da proposta;

Aprovada por pontos:

Pontos 1 e 3

(Aprovados por unanimidade)

Ponto 2

Aprovado por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	15 (7PS, 3Ind., 3PPD/PSD e 2PCP)	---	1 (1CDS/PP)

Proposta n.º 180/2017 (Subscrita pelos Srs. Vereadores Paula Marques, Manuel Salgado e João Paulo Saraiva)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal o Programa de Renda Acessível, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	10 (7PS, 3Ind.)	---	6 (3PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 222/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para autorização, a celebração de Contrato de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Belém, no âmbito da realização de obras de adaptação dos novos espaços para funcionamento da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens Ocidental, bem como a transferência das respetivas verbas, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira não participou na discussão e votação desta proposta

Proposta n.º 224/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar a celebração do Acordo de Cooperação entre o Município de Lisboa, o Instituto do Emprego e Formação Profissional e a Fundação Liga, no âmbito da Operação Emprego de Pessoas com Deficiência, nos termos da proposta;

(Adiada)

Proposta n.º 225/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Carlos Manuel Castro)

Aprovar a Minuta de Acordo de Colaboração a celebrar entre o Município de Lisboa e a Oceanário de Lisboa, S.A., para a gestão do espaço municipal (estacionamento) sito na Rua Pedro e Inês, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	11 (7PS, 1Ind. e 3PPD/PSD)	—	1 (1PCP)

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira não participou na discussão e votação desta proposta

Proposta n.º 226/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador José Sá Fernandes)

Deliberar aprovar a Adenda ao Protocolo celebrado entre o Município de Lisboa e a Administração do Condomínio do Parque dos Príncipes, nos termos da proposta;

(Adiada)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Proposta n.º 231/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar a atribuição de apoio financeiro ao JIFA - Jardim Infantil da Freguesia dos Anjos, no âmbito da ampliação da resposta social "Berçário" da Creche sita na Rua das Barracas, n.º 4 a 6, Freguesia de Arroios, bem como o respetivo contrato-programa, nos termos da proposta;

(Adiada)

Proposta n.º 232/2017 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Albergaria)

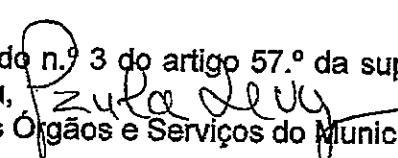
Aprovar a transferência de verba para Agrupamentos de Escolas referente a manuais escolares (acertos relativos ao ano letivo 2016/2017), nos termos da proposta;

(Adiada)

Proposta n.º 233/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

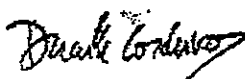
Aprovar o Indeferimento de pedido de Apoio Financeiro Excepcional da APRIM – Associação de Pensionistas, Reformados e Idosos da Freguesia das Mercês, no âmbito do FES – Vertente IPSS e outras entidades sem fins lucrativos, nos termos da proposta;

(Adiada)

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu,  Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 20 de abril de 2017

O Vice-Presidente



Duarte Cordeiro

PROPOSTA N.º 222/2017 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA AUTORIZAÇÃO, A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A JUNTA DE FREGUESIA DE BELÉM, NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE ADAPTAÇÃO DOS NOVOS ESPAÇOS PARA FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS OCIDENTAL, BEM COMO A TRANSFERÊNCIA DAS RESPECTIVAS VERBAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Vamos então ao novo Ponto 39, que corresponde à Proposta 222.

Posso colocar à votação?

Srs. Vereadores, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta n.º 222/2017, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira não participou na discussão nem na votação desta proposta